

DIRETRIZES PARA O CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO DO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM MARCOS CONCEITUAIS INTERNACIONAIS

Autores:

Everton da Silva | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | everton.silva@ufsc.br

Guilherme Linheira | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | glinheira@hotmail.com

Liane Ramos da Silva | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | liane.ramos@ufsc.br

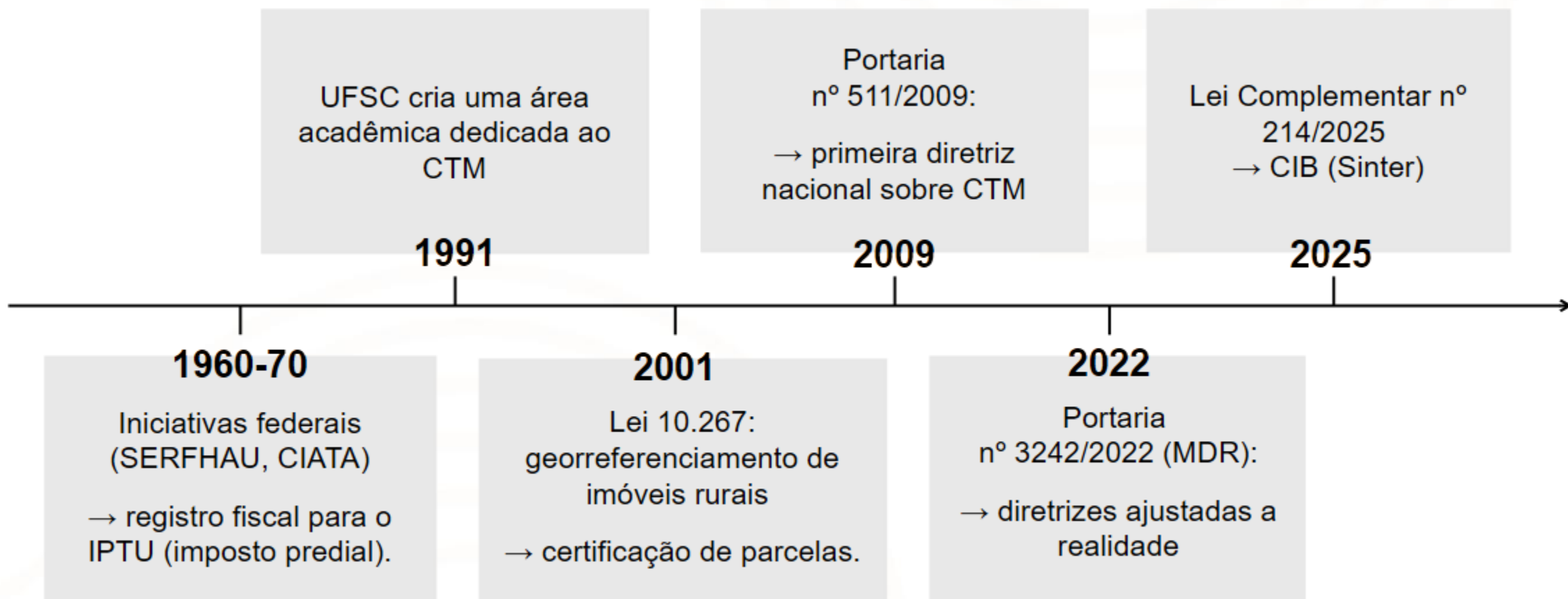
Diego Erba | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | samuel.steiner@ufsc.br

Hatan | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) |

MARCOS CONCEITUAIS INTERNACIONAIS

- **Cadastre 2014 (FIG):** cadastro como inventário público integrado → base para o planejamento e gestão territorial;
- **LADM (ISO 19.152:2012):** modelo de dados para unificar as dimensões jurídicas e espaciais;
- **STDM (FIG/UN-Habitat):** registro de direitos formais e informais, incluindo a posse social;
- **Fit-for-purpose (FIG, 2015):** sistemas cadastrais flexíveis, evolutivos e de baixo custo;
- **FELA (UM-GGIM, 2020):** governança e dados geoespaciais como pilares;

CONTEXTO HISTÓRICO



AVANÇOS REGULATÓRIOS E LEGAIS NO BRASIL

- **Lei 10.267/2001 (Georreferenciamento de Imóveis Rurais):** conceito de parcela, certificação e código único;
- **Portaria nº 511/2009:** introdução do termo Cadastro Territorial Multifinalitário;
- **Portaria nº 3242/2022 - atualização pragmática:**
 - Introduz a certificação de parcelas (certificadas e não certificadas);
 - Incorpora o conceito de objeto territorial (RRR);
 - Requer uma rede de referência cadastral (municipal/SGB);
 - Cria um Observatório do Mercado Imobiliário;

CONEXÃO: BRASIL X MARCOS CONCEITUAIS

- **Parcela Territorial** → Cadastre 2014 + LADM
- **Certificação de parcelas** → Fit-for-purpose + experiência do INCRA
- **Objeto Territorial** → Cadastre 2014 + LADM (RRR) + STDm
- **Rede de Referência** → FELA + SGB/IBGE;
- **Observatório de Mercado** → Cadastre 2014 + FELA

Conclusão: cada inovação normativa brasileira dialoga com um marco conceitual global

IMPACTOS NA GOVERNAÇÃO TERRITORIAL

Supera a visão restritiva de propriedade;

Amplia esta visão para **múltiplas dimensões**

Integração de dados jurídicos, técnicos, sociais e econômicos.

Inclusão da **informalidade fundiária** no **CTM**

Apoio a políticas públicas: regularização, habitação, tributação justa, ordenamento territorial

Transparência e fortalecimento da governança municipal

CONCLUSÕES

- Portaria nº 3242/2022: marco da modernização cadastral no Brasil;
- Conecta o país com as melhores práticas internacionais (FIG, ISO, UN-GGIM);
- Consolida princípios: multifinalidade e ajustamento ao propósito;
- Desafios: implantação municipal, capacitação técnica e integração tecnológica;

CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO APLICADO À GESTÃO MUNICIPAL



Organizador: Everton da Silva

Capítulo 1

Evolução do Cadastro Urbano no Brasil

Capítulo 2

Cadastro Territorial Multifinalitário
Questões Conceituais

Capítulo 3

Parcelas e Objetos Territoriais

Capítulo 4

Dados Cadastrais

Capítulo 5

Avaliação de Imóveis

Capítulo 6

Gestão do Cadastro Territorial Multifinalitário

Capítulo 7

Cadastro Territorial Multifinalitário. Políticas Públicas e
Instrumentos de Política Urbana

Capítulo 8

Marco Jurídico

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7869277>

AGRADECIMENTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial
Departamento de Geociências – GCN (UFSC)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH (UFSC)
Departamento de Engenharia Civil – ECV (UFSC)
Centro Tecnológico – CTC (UFSC)



execução



patrocinadores



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

